

**PROPOSTA TEMÁTICA**  
**da**  
**Assembleia Distrital de Faro**  
**apresentada ao**  
**40º Congresso do PSD**  
**A realizar-se no dia 1,2 e 3 de Julho de 2022**

**Denominação: MEMORANDO ALGARVE**

**Proposta aprovada em sede se Assembleia Distrital de Faro, no dia 3 de junho de 2022, em Quarteira, por unanimidade e aclamação.**

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

**MEMORANDO ALGARVE****CONSIDERAÇÕES GERAIS:**

Após um período em que a região do Algarve foi a que registou mais robusto crescimento, designadamente entre 2014 e 2019, a emergência da pandemia conduziu a que, a exemplo do sucedido na crise das dívidas soberanas, a região sofresse sensíveis perdas de riqueza. A título ilustrativo, cabe assinalar que em 2020 verificou-se uma quebra histórica na ordem dos 16,7 %, cerca do dobro da média nacional para o mesmo período. Serve a ocasião para assinalar que estes movimentos cíclicos ampliados são comuns e têm constituído um padrão que se tem vindo a agudizar no corrente século. É claro por isso que a pandemia COVID-19 colocou o Algarve – como nenhuma outra região no país - em posição extremamente vulnerável do ponto de vista económico e social, por se tratar de uma região cuja economia depende essencialmente do turismo e atividades conexas.

O setor turístico e atividades conexas registaram perdas brutais e a expectativa é que demorará anos até que o setor do turismo no Algarve recupere totalmente.

Estas atividades representam 40% do emprego e mais de 60 % do VAB regional, o que traduz uma importância que se comunica a outras atividades, muitas das quais só existem com base na procura turística ou em função dela.

O impacto assimétrico da crise pandémica nos diferentes setores e regiões, é reconhecido pelo Governo, que não só anunciou um «programa específico para a região do Algarve» com uma dotação de 300 milhões de euros, na área da Coesão, com o objetivo de «apoiar a diversificação da economia, melhorar infraestruturas e fazer investimentos necessários no setor da saúde», como também, destacou no Programa Nacional de Reformas para 2022, que os *“Os efeitos do choque causado pela pandemia afetaram de modo desigual as regiões do país e os setores económicos. O comércio, a hotelaria e a restauração, que representam mais de 10% do PIB, foram os setores mais afetados, assim como as regiões do Algarve e as ilhas da Madeira e dos Açores.”*

E esta situação, está bem refletida em todos os dados estatísticos. Em 2020, o Algarve registou a terceira maior taxa de pobreza do país, logo a seguir às regiões autónomas da Madeira e dos Açores e ao Norte. E a segunda maior taxa de privação material severa do país, com 6,5%, ficando apenas à frente as regiões autónomas. E isto, com referência aos rendimentos de 2019, ou seja, pré-pandemia (Fonte: ICOR, 2020).

Constata-se que, em 2019, de acordo com o INE o Algarve foi a região que registou um maior crescimento do PIB: 2,6% em comparação com a média nacional de 2,2%. Nos anos anteriores

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

não foi substancialmente diferente, apenas que a discrepância entre o Algarve e o resto do país foi mais impressiva, significando sempre mais entre 1.5 e 3 p.p. do PIB. A questão fundamental é que quando a economia decresce, o Algarve capitula, mergulhando em severas recessões que destroem expectativas, transformam ricos e remediados em pobres e produzem um sentimento de angústia e desespero que convida a uma expressão. Atente-se que, mais longinquamente, em 2009, o país sofreu uma recessão de 3 %, o Algarve de 6 %, pois por força de encontrar esmagadoramente dependente de uma atividade económica, a qual tem um consumo muito elástico e cuja evolução se encontra subordinada a factores exógenos, qualquer vicissitude de estrutura o tecido económico e social da região, com aumentos de desemprego rapidíssimos, falências record e a impossibilidade de reter os quadros mais qualificados.

Nos últimos anos a região conseguiu passar de campeã do desemprego – o qual roçou os 20% - a uma das campeãs do emprego, regressando a aumentos homólogos de desemprego nos dois últimos anos, perspectivando-se nova retoma, que pode até ficar aquém do necessário em razão das dificuldades de recrutamento de mão-de-obra que se fazem sentir no sector do turismo, comércio e serviços. Este emprego é sazonal, de baixas qualificações e, por isso, quando há aumento do emprego o salário médio reduz-se, bem como o rendimento disponível, pois são sobretudo salários baixos. Precisa, por isso, de criar uma economia mais diversificada a qual também valorize a qualidade da oferta turística e a sua polivalência, de modo a atenuar a sazonalidade. Precisa, nesse sentido, de criar uma economia em rede, dominando as cadeias de valor e aproveitando os seus recursos endógenos, os quais devem robustecer a actividade principal, funcionando em conexão, e, desse modo, terem espaço no panorama regional. Nesse registo, devem constituir-se como prioridade a nova economia do mar, energias limpas – temos a maior exposição solar da europa, nómadas digitais e IT, a fileira agro-florestal e a cultura – estes dois sectores em complementaridade e também pelo seu valor autónomo. Os fundos comunitários devem promover essa aceleração e as regras que os disciplinam devem garantir que não quase exclusivamente drenados para a actividade turística *stricto sensu*. O Algarve precisa de mais qualidade, não só no turismo.

A dificuldade que atravessamos e as lições que os últimos anos, os bons e os maus, nos ministraram, deve ser uma oportunidade para reposicionar o Algarve junto de mais mercados emissores e de transformar a economia. Cerca de 2/3 da economia regional depende do turismo, deve ser assinalado que o alojamento local – permitindo a legalização de registos que já existiam – contribui para a melhoria da qualidade, cumprimento das regras fiscais e criação de valor, e, por isso, a recente decisão do Supremo Tribunal de Justiça que o faz perigar é um importante revés que deve ser colmatado.

**TEMAS SECTORIAIS****SAÚDE:**

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

A concretização de um novo Hospital Central do Algarve constitui uma incontroversa necessidade para a região. Incontroversa porque, desde 2003, todos os governos, sem excepção, partidos, deputados, autarcas, ordens, sindicatos, entre outros, sublinharam que se trata de uma infraestrutura fundamental. Necessidade, porque o Algarve carece de uma infraestrutura hospitalar moderna que providencie maior diferenciação dos cuidados médicos e que promova a fixação de recursos humanos na região. Trata-se não apenas de um imperativo social, como também económico, o qual se enquadra em qualquer pensamento fundamentado sobre o futuro da região.

Em 2003, por iniciativa do Governo PSD foi assinado um protocolo para fazer avançar o novo hospital.

Em 2005, o Governo em funções encomendou um estudo à Escola de Gestão do Porto, liderado pelo Prof. Doutor Daniel Bessa, para proceder ao ordenamento das prioridades da construção de novas unidades hospitalares. Desse estudo, o qual ponderava um vasto leque de parâmetros, os quais compreendiam custos, acessibilidades, qualidade da oferta, entre outros, o Hospital Central do Algarve ficou classificado em 2.º lugar, tendo essa lista sido homologada pelo Despacho 12891/2006. Já antes, em 2003, tinha sido celebrado um acordo estratégico que definia o Parque das Cidades como a localização adequada para a unidade.

Após este compromisso, foi aprovado, em 2007, o perfil assistencial e a dimensão do novo Hospital do Algarve, tendo-se registado no ano seguinte a abertura dos procedimentos concursais e a apresentação pública, lançamento da primeira-pedra, a qual contou com a presença do então Primeiro – Ministro.

Foram ainda abertas negociações com consórcios qualificados, mas o processo não conheceu avanços, tendo ficado parado desde 2009.

Em 2011, o Governo suspendeu os hospitais previstos, em observância da regra constante no Memorando de Entendimento de Assistência Financeira, no qual o Estado estava obrigado a reavaliar todas as grandes obras públicas. Foi assim com todas as infraestruturas previstas.

No Orçamento de Estado de 2017, o Governo previu lançar uma nova geração de hospitais: Hospital de Todos os Santos (Lisboa), Seixal e Évora. Estes hospitais estavam classificados em 1.º, 3.º e 4.º lugares, respectivamente, no estudo técnico de 2006. Apenas o novo Hospital Central do Algarve – o qual estava classificado em 2.º - não avançou, tendo o ex-Ministro da Saúde proferido declarações no sentido de remeter a sua realização para data posterior a 2019, não obstante não ter dado qualquer justificação para a decisão de excluir o novo Hospital do Algarve da lista de prioridades, após ter sido repetidamente interpelado na Assembleia da República, tal qual a sua sucessora.

A par disso:

- Têm sido tornados públicos um conjunto de episódios, progressivamente mais recorrentes, que dão conta de mais falhas no SNS no Algarve.

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

- Os partidos que apoiam o Governo manifestaram-se em 2012 – ano da criação e desde aí com igual veemência – radicalmente contra a opção de fusão dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos, que constituem o Centro Hospitalar do Algarve. Nada fizeram.

Este adiamento – referente ao Hospital - é lesivo porque:

- Desconsidera a importância de um novo hospital para atrair e fixar recursos humanos, em particular médicos de especialidades de que a região padece de modo crónico, ortopedistas, anestesistas, etc;
- Ignora a importância de responder a um acelerado crescimento demográfico e a uma notória evolução turística, a qual pondera cada vez mais factores como a segurança e os cuidados de saúde disponíveis;
- Desvaloriza a obrigação de oferecer uma maior diferenciação dos serviços clínicos prestados e, por isso, coloca a região perante uma maior dependência de outros hospitais, designadamente situados em Lisboa. Os doentes devem poder ser tratados na região;
- Contraria a aposta do ensino de medicina na Universidade do Algarve, o qual carece de um centro académico de excelência que fortaleça as condições do ensino e desenvolvimento da investigação. Não deixa, por isso, de ser paradoxal anunciar-se um centro de investigação – foi o que o Ministro fez em março - e não se apostar nas infraestruturas capazes de o realizar;
- O Hospital Central do Algarve é um pressuposto para o reforço da dinâmica económica e social da região, a qual o encara como elemento inultrapassável para a realização das suas opções presentes e futuras.
- Os parâmetros de medição dos cuidados de saúde do Centro Hospitalar do Algarve têm-se vindo a ressentir ano após ano, atingindo patamares baixos, a saber, segundo os dados oficiais:
  1. O segundo mais alto índice de mortalidade dos 40 hospitais do país;
  2. Um dos piores índices de demora média do país;
  3. Uma das piores percentagens de reinternamento no prazo de 30 dias ;
  4. Uma hemorragia da saúde na região- que é crónica- mas não tem fim. Os principais indicadores têm vindo a depauperar-se. Por exemplo, em 2017, as queixas de utentes dispararam 103 % no Algarve e 19 % a nível nacional;
  5. Por força desse aumento de queixas, o Hospital de Faro passou a ser o 2.º a nível nacional com mais queixas e os centro de saúde de Portimão, Albufeira e Faro, são, respectivamente, o 1.º, 3.º e 8º , quando antes não constavam no top 10.
  6. Resulta claro que se registam mais casos de utentes que são transportados para fora da região para terem acesso aos cuidados que necessitam. Ora, em muitos casos, tal

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

colide com a urgência da intervenção, pois as janelas terapêuticas não se compadecem com esse tempo de espera.

Não basta cingir a discussão a modelos de gestão, isso é condição necessária, porém não suficiente, o que não quer dizer que estes modelos não devam ser avaliados e, se necessário, corrigidos e aperfeiçoados. Todavia, ainda que exemplar seja o modelo ou os seus protagonistas, tal jamais será suficiente para atingir as finalidades de valorização do SNS quando não coexistam os recursos humanos indispensáveis para a realização dessas tarefas. Temos que ter respostas para como fixar médicos no Algarve, não basta abrir concursos pois ficam desertos. Esta é uma questão essencial em todo o país!

Importa, isso sim, corrigir a situação e oferecer melhores cuidados de saúde aos algarvios, os quais têm que ser tratados no Algarve, carecem de um hospital central e necessitam de mais recursos humanos para esse fim. E, nesse sentido, impõe-se que o Estado pondere todas as opções para colocar cobro a esta incapacidade de colocar os médicos onde são necessários. O serviço público não pode ser prejudicado por essas opções, pelo que, em último recurso, deve-se lançar mão de mecanismos para suprir estas assimetrias que se apresentam seriamente lesivas do exercício do direito à saúde. Ou se aumenta as retribuições a todos os que prestam serviço público em zonas com baixo índices de médicos e também em funções das especialidades, ou então, em último ratio, tem que ponderar a obrigatoriedade de fixação, a exemplo de outras profissões logo no início da carreira.

**PORTOS DO ALGARVE:**

Os Portos têm que ter um papel preponderante para o Algarve. Portimão canalizado para a indústria de cruzeiros, deu passos importantes, mas ainda se encontra subaproveitado. Carece de dragagens, alargamento da bacia de manobra e aumento do cais de desembarque, o qual neste momento exclui os navios cruzeiro de maiores dimensões. Este investimento também esteve previsto no PETI 3, a par do Porto de Faro, o qual se deseja que venha a ser reconvertido para recreio. Por cada tripulante ou passageiro que desembarca dá-se uma injeção na economia na ordem dos 100 euros. O algarve tem condições de passar de 50000 para pelo menos o dobro, fortalecer a ligação com Lisboa, Matosinhos e Cadiz e aproveitar o crescimento exponencial deste sector. Os portos de pesca têm tido melhorias e podemos dizer genericamente que as condições melhoraram ao longo dos últimos anos no que a infra-estruturas portuárias de pesca se refere, não obstante ainda se registarem necessidades imperiosas de melhoria, casos de Sagres e Quarteira, entre outros.

O problema é que o governo anda há 6 anos a assumir que a intervenção do Porto de Portimão – a qual se estima em mais de 20 milhões – vai avançar, mas nunca mais avança. Entretanto, num processo inovador (?), foi transferida a gestão dos portos do Algarve (excepto os de pesca)

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

para a AMAL, em articulação com o Porto de Sines e DocaPesca, em modelo que ficaria definido em 90 dias e que caducou por nada se ter feito!

As marítimo-turísticas estão a crescer, a aquacultura tem algum volume de investimento e condições favoráveis de desenvolvimento – muito do qual já dá frutos, a Universidade do Algarve tem feito um trabalho notável na investigação neste domínio o que permite que nasçam no seu seio iniciativas de ponta, que criam emprego muito qualificado, criam um cluster de vanguarda e abrem excelentes perspectivas para o futuro.

É necessário mais postos de amarração para reforçar a náutica de recreio porque é possível cativar embarcações de cidadãos de outros países, e a jusante recuperar a manutenção e construção naval de pequena-média dimensão, forjando uma economia que seja suportada também pelos serviços marítimos. Deve-se, a par disso, começar a ensaiar soluções, designadamente na Ria Formosa e Ria de Alvor, de motorização elétrica, definindo capacidades de carga do ecossistema e, desse modo, avançado na preservação do meio ambiente e no reforço de uma gama de inovação tecnológica.

**HABITAÇÃO**

A habitação é uma das principais chagas da região. O fenómeno de inflação turística projeta-se de modo implacável sobre as opções de habitação de quem deseja sediar-se no Algarve. A escassez de médicos, professores – mais de 5000 alunos com pelo menos uma disciplina em falta – e mão-de-obra em geral, são em alguma medida explicada pela escassez da oferta de habitação, a qual mais se acentuou com a falência de muitas empresas que à área se dedicavam no decurso da crise de 2009. O programa arrendamento acessível falhou rotundamente na região, não tendo sequer sido celebrado um único contrato. Importa rever o regime jurídico do arrendamento, mas sobretudo rever PDM'S de forma expedita e encontrar fórmulas de associação com os privados de modo a tornar a habitação mais acessível. Por outro lado, o Algarve tem 200 mil segundas habitações e, por isso, um caminho muito importante a fazer na legalização e melhoria da oferta.

**TRANSPORTE FERROVIÁRIO:**

A ligação ao Aeroporto de Faro estava prevista no PETI 3+, o Governo abandonou-a até 2017 e agora rerepresenta-a no PNI 2030. A electrificação está em andamento, 32,1 milhões do troço Tunes-Lagos e Faro- VRSA, embora não se saiba quando estarão as obras concluídas. Segundo a informação do Governo estaria concluída em 2020. Todos os calendários estão em atraso. Hoje, a viagem entre VRSA e Lagos chega a demorar perto de 3 horas. Estas obras correspondem a um investimento relevante para reforçar as condições de mobilidade da região. A par disso, o material circulante está obsoleto e colocam-se importantes questões sobre a adequação do traçado às dinâmicas populacionais e económicas regionais. A ligação ao Aeroporto, no quadro

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

da intervenção que se postula, não deve ser descurada. Em 2019, último ano em que foi possível obter dados, só na Linha do Algarve registaram-se perto de 1000 supressões de comboios.

**EN-125:**

Em 2009, quando foi lançada a subconcessão da EN-125, o Governo acordou com o concessionário pagamentos contingentes, pagamentos esses que não constavam no pedido de visto prévio submetido à apreciação do Tribunal de Contas. Uma fraude que demonstra como as decisões têm efeitos a longo prazo. Agora, o Estado já está a indemnizar o privado sem que a obra entre Olhão e VRSA tenha sequer sido iniciada. É imperioso que a obra avance para derrotar a sinistralidade rodoviária e oferecer melhores condições de mobilidade a uma sub-região em que essa via se constitui como uma das artérias estruturantes de ligação entre si e ao resto do algarve.

**VIA DO INFANTE**

Em 2012, após a entrada em vigor da aplicação de portagens, as mesmas foram reduzidas em 15 %. O PS, à época e em eleições sucessivas, prometeu uma redução de 50 por cento, o BE e o PCP a abolição. A soma dos três fez 15 %. Em 2020, o PSD viu a sua proposta de redução de 50 % ser aprovada. Sucede que o Governo revogou os descontos anteriores e, por isso, a redução nas ex-SCUT veio a ser de 30 %.

Lisboa recebe 70 milhões no PART, o Algarve menos de 1. Não é possível sem rede de transportes públicos assegurar a mobilidade e a descarbonização, o que é ideal, mas onde não se pode assegurar a descarbonização deve-se assegurar a mobilidade. Isso no Algarve, traduz-se na redução das portagens, na eletrificação total da linha ferroviária e na preparação e lançamento da ligação ao aeroporto de Faro, no âmbito dos investimentos a realizar até 2030, bem como a extensão da linha até Sagres, a qual deve ser equacionada.

**FUNDOS COMUNITÁRIOS:**

O Algarve é região de transição, por isso não pode beneficiar de um conjunto de fundos comunitários, designadamente os de cariz social. Há muitos exemplos disso. O Governo, na maioria dos casos, não se faz substituir a essa impossibilidade da região, desprotegendo-a. O Governo afirma ter assegurado um pacote adicional de 300 milhões, mas pouco se sabe a esse respeito. No caso do Algarve a região de transição é ainda mais injusta, pois radica num efeito estatístico largamente assente no turismo. Em face da permeabilidade aos ciclos económicos – acima retratada – estes fundos podiam ser uma almofada indispensável de modo a que fosse possível responder às dificuldades ampliadas que as recessões sempre trazem. Compromisso: nos casos em que faça sentido, deve-se assegurar que o orçamento assume esses programas para a região, o que se afigura residual do ponto de vista orçamental.

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

**DESAFIOS SOCIAIS:**

A par disto, no atual contexto, em que, a nível económico e social, o Algarve ainda está a recuperar da crise pandémica, marcado pela incerteza das perspetivas económicas, causado pela guerra na Ucrânia, que lança a nossa economia, para um período que é, em simultâneo, de estagnação económica e de aceleração dos preços, os problemas estruturais ganham maior dimensão e impõe uma intervenção urgente dos decisores políticos.

Hoje mais do que nunca, o Algarve enfrenta vários desafios a nível a nível demográfico, coesão social e territorial, dignificação e qualificação do trabalho e riscos sociais, corroborados no projeto do Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve 2022-2027, dos quais se destacam:

- Desafios Demográficos:

- a) Despovoamento de alguns concelhos e freguesias da região;
- b) Envelhecimento populacional com perda contínua de população jovem;
- c) Isolamento social e físico/geográfico de pessoas idosas;
- d) Condições de vida (de trabalho e habitação) precárias em alguns grupos de pessoas imigrantes.

- Desafios Coesão social e territorial:

- a) Desajustamento entre a oferta de habitação e as necessidades da procura com consequências, nomeadamente, na fixação de mão-de-obra;
- b) Dificuldades na mobilidade interurbana com particular destaque para a mobilidade entre os territórios de baixa densidade e o litoral, promovendo um maior isolamento dos primeiros;
- c) Deficit de condições para a autonomia, participação e inclusão social das pessoas idosas e de pessoas com deficiências ou com incapacidades;

- Qualificação de pessoas, organizações e territórios:

- a) Mercado de emprego muito sazonal, com peso significativo das relações laborais precárias e de baixo salário que não incentiva uma cultura de aprendizagem ao longo da vida;
- b) Desadequação de algumas das respostas e serviços prestados face às atuais (e futuras) necessidades das pessoas mais velhas e aos novos perfis do envelhecimento

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

- c) Lacunas na cobertura das respostas sociais, sobretudo ao nível das ERPI, Creches e Serviços de Apoio Domiciliário (SAD);
- d) Falta de preparação de profissionais para problemas específicos na área do envelhecimento, nomeadamente problemas do foro mental;
- e) Escassez de recursos na área da saúde mental;
- f) Ausência de respostas que promovam o descanso das pessoas cuidadoras de outras com deficiência ou incapacidades;

- Riscos sociais e ambientais

- a) Carência de respostas ao nível da saúde mental infantil;
- b) Grande vulnerabilidade à pobreza de famílias com crianças;
- c) Existência de grande volume processual nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens;
- d) Dificuldade na autonomia dos jovens no seu processo de transição para a idade adulta, particularmente entre os jovens em acolhimento institucional;
- e) Conjuntura favorável a um aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo;
- f) Necessidade de uma intervenção de proximidade junto das situações de maior vulnerabilidade em caso de risco social e ambiental.

- Cidadania e igualdade:

- a) Persistência de assimetrias de género em vários domínios da vida na sua dimensão pública e privada;
- b) Persistência de preconceitos e discriminação em relação à orientação sexual;
- c) Insuficiência de práticas de promoção da participação social de crianças e de pessoas idosas.

**ÁGUA E SECA:**

Há seca em todo o país, mas no Algarve a situação está a atingir níveis alarmantes. No futuro, com a intensificação das alterações climáticas, os riscos aumentam para o abastecimento das populações e ameaçam a agricultura e o turismo. Mas nada disto é novo.

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

Para o governo, o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que foi apregoado como a salvação, após anos de atraso, não está a ser executado e há sempre desculpas para não se concretizarem projetos e ações.

A Agência Portuguesa do Ambiente foi autorizada a proceder à reprogramação dos encargos relativos às intervenções prioritárias do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve, através da Portaria 347 publicada no Diário da República de 18 de fevereiro de 2022.

O Orçamento do Estado é vago, referindo um investimento previsto de 28 milhões de euros para o Algarve, Alentejo e Madeira, destinado à de gestão hídrica.

Entretanto, aproxima-se o verão, a época de maiores consumos, com menos água do que tínhamos a 30 de Setembro.

Segundo os dados apresentados, que datam de 9 de Maio, a barragem com maior volume de água é a do Funcho (67,8%). Segue-se Odeleite (Castro Marim), que está a 57,2% da sua capacidade.

A barragem de Odelouca, em Silves, que é a maior do Algarve tem uma disponibilidade de 46,3%, enquanto a do Beliche (Castro Marim) está com 49,5%, enquanto Barragem do Arade apresenta 44,4% da sua capacidade, sendo que a situação mais preocupante continua a ser a Bravura, em Lagos, com uma disponibilidade de 15,2%.

Nessa barragem, só há água atualmente para o abastecimento público e estão interditas as regas para o golfe e para a agricultura, com os consequentes prejuízos para a atividade turística e para os agricultores.

O Governo de maioria nada faz para evitar uma situação que se pode tornar catastrófica, e até ao momento desconhece-se qual é o novo calendário de execução do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve, depois do mesmo ter sido adiado.

A água é um recurso natural limitado, um bem essencial para o Homem, para os ecossistemas, para fins agrícolas, para produção de eletricidade e um motor para a economia sendo atualmente um tema prioritário para a nossa região e para o nosso país

Neste contexto, o PSD defende a adoção de um conjunto integrado e alargado de medidas que visam a gestão adequada dos recursos hídricos existentes:

- Entre as soluções a adotar, o PSD defende a criação de mini bacias de retenção, para o máximo aproveitamento das águas pluviais.

- Em termos urbanos há que investir na reabilitação de condutas de abastecimento de água para diminuir as perdas de água, que chegam ao desperdício de 30% da água fornecida em alta, isto é já tratada para consumo humano.

**XL CONGRESSO PSD**

Porto, 1, 2 e 3 de Julho de 2022

- Criar sistemas de aproveitamento das águas das ETARS, e seu encaminhamento para utilização em lavagem de ruas e rega de jardins, campos de golfe e ainda para a agricultura.
- Iniciar as necessárias negociações com Espanha para a concretização do sistema de Transvase do Rio Guadiana com ligação do Pomarão à barragem de Odeleite.
- Realizar ações de sensibilização para estimular o uso eficiente da água por parte dos cidadãos, bem como o aproveitamento e reutilização de água da chuva e da água tratada, de forma regulamentada.

**DESCENTRALIZAÇÃO / REGIONALIZAÇÃO:**

As recentes declarações públicas do Sr. Presidente da República, aquando da sessão de encerramento do Congresso da ANMP, convocam o sentido de urgência do PSD, de modo a que se clarifique a sua posição a respeito desta matéria prevenindo um silêncio tacitamente concordante que oferece ao PS a prerrogativa de ditar o sentido e o alcance do processo de descentralização e, a seu tempo, os passos conducentes à regionalização. Nesse acordo tácito incluiu-se o processo de designação e escolha dos corpos dirigentes da CCDR e, para que tal não se repita nesta vaga de consolidação de entidades desconcentradas que o Governo anuncia, cabe ao PSD estudar, examinar, propor e não se conformar com os atos de terceiros que, mais tarde ou mais cedo, desaguam numa posição desfavorável do PSD apenas por preguiça e conforto próprio. Tal deve ser evitado. O referendo da regionalização vai ter lugar. O PSD tem que ter capacidade de moldar o seu objeto e de dar expressão sustentada à posição política que vier a defender, de acordo, não apenas com os princípios de aprofundamento da democracia e da boa gestão pública, mas em face de uma proposta concreta a que os portugueses se deverão pronunciar. O PSD tem o dever de preparar-se e, ao fazê-lo, de averiguar, se é possível a consecução de um qualquer modelo de regionalização sem que ao mesmo corresponda a eleição por voto direto e universal e se é possível, como os subscritores sustentam a, e como o Congresso assumiu em anteriores moções apresentada pelo PSD/Algarve, afastar as reservas de princípio no que concerne ao sentido de unidade do país, pulverização territorial e decisória, mecanismos de controlo e corrupção, que quem é desfavorável à regionalização – a qual está a avançar sem que tal seja assumido – aponta.

Ao PSD cabe marcar o compasso político nesta matéria. E, perante uma questão controversa, se necessário for, abrir um processo alargado de audição dos seus militantes, podendo até socorrer-se do instituto do referendo interno, de molde a fixar uma orientação global.